

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A influência da ciência para o controle das mulheres: uma perspectiva dialética do lugar da mulher na sociedade

Tatiany Assunção Pina¹

RESUMO

O presente artigo problematiza a violência contra a mulher, como a dominação masculina se consolidou como ideologia estruturante do sistema capitalista; o papel da ciência como instrumento disciplinador da mulher na nova ordenação societária e o movimento feminista e sua contribuição na resistência das mulheres a tal regime de dominação. Este artigo priorizou a literatura feminista em sua pesquisa. Foi elaborado por meio de revisão bibliográfica e documental e adotou o método dialético para investigar o fenômeno em suas conexões internas e externas. Visa, portanto, mapear quais processos impulsionaram as formas de violência contra a mulher bem como apontar novas estratégias de políticas públicas de enfrentamento à violência.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Ciência. Feminismo.

ABSTRACT

This article problematizes violence against women, how male domination was consolidated as a structuring ideology of the capitalist system; the role of science as a disciplining instrument for women in the new societal order and the feminist movement and its contribution to women's resistance to such a regime of domination. This article prioritized feminist literature in its research. It was elaborated through a bibliographical and documentary review and adopted the dialectical method to investigate the phenomenon in its internal and external connections. It aims, therefore, to map which processes have driven the forms of violence against women, as well as to point out new public policy strategies to combat violence.

Keywords: Violence against women. Science. Feminism.

¹ Universidade Federal do Pará; Bacharel em Serviço Social; tatiany pina@yahoo.com.br

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher não é um problema novo pelo qual passamos, porém, na contemporaneidade, vêm atingindo índices crescentes. Acontece sob várias formas e em diferentes espaços – tanto público como no privado e atinge não só as mulheres, mas as famílias, pois afeta, muitas vezes, os filhos da vítima.

E entre as formas de violência contra a mulher perpetradas encontra-se a psicológica – esta atinge sobremaneira a saúde mental e é a primeira a ser cometida pelo agressor – entre suas manifestações estão humilhação, xingamento, diminuição da autoestima, entre outros agravos a sua saúde psíquica. E só recentemente, este tipo de violência foi criminalizada na forma da Lei Nº 14.188/2021.

Este artigo por meio de revisão bibliográfica, utilizou-se como referencial teórico autoras como: Priore (1997), Saffioti (2004), Federici (2019); entre outras; priorizando deste modo a episteme feminista – por ser um saber feito pelas mulheres sob sua perspectiva –. Utilizando o método dialético a fim de localizar onde este fenômeno se originou na história, quais os fatores que o estruturaram e o difundiram; bem como quais tipos de campos de saber propiciaram sua validação e aceitabilidade em nosso país.

O artigo encontra-se dividido em quatro tópicos, a começar pela introdução e logo depois os seguintes: “a dominação masculina construída no mundo”; “a ciência como mecanismo disciplinador da mulher: a construção da figura da “histérica”; “o movimento feminista: forma de resistência das mulheres”; seguidos da conclusão. Discutiremos sobre como a mulher foi condicionada a um papel inferiorizado na sociedade e como a ciência e o estado contribuíram para tal empreitada, a fim de adequar a mulher em sua nova função na nova ordem mundial vigente, responsável por várias desigualdades existentes até hoje na sociedade.

Abordaremos sobre a valiosa contribuição do movimento feminista no enfrentamento à violência contra a mulher e na luta pela ampliação dos direitos a este grupo que, cada vez mais, encontra-se vulnerável em nosso país.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 A DOMINAÇÃO MASCULINA CONSTRUÍDA NO MUNDO

Lerner (2019) nos conta que no passado existiam sociedades matriarcais, em que as mulheres eram valorizadas e viviam relações igualitárias. Porém, as mulheres foram excluídas de contribuírem com a sua visão da História, do passado da Humanidade, é o que Lerner chama de “a dialética da história das mulheres”, a relação entre a história real das mulheres e a sua exclusão na interpretação desta experiência, pois muitos grupos foram discriminados ao longo da história da Humanidade – camponeses, escravos, proletários – sendo que as mulheres ficaram à margem da História, por motivo de seu gênero.

A autora aponta que a pretensa inferioridade intelectual que marginalizou as mulheres e as impediu de participarem da formulação da história, foi instaurada devido às características associadas a estas como cuidado, emoção, Lerner entende que homens e mulheres só se diferem no aspecto biológico, enquanto os valores que lhe foram atribuídos são produtos da cultura. Esta cultura que subordinou as mulheres aos homens vem de um sistema histórico – o patriarcado.

Wallerstein (1985) aponta que no capitalismo histórico, a divisão sexual do trabalho ficou evidente, imposta, embora esta já houvesse noutros sistemas, o autor ressalta que no capitalismo histórico, houve uma remuneração desigual mediante gênero e idade, pois houve uma desvalorização constante do trabalho das mulheres (e dos jovens e velhos), ao mesmo tempo, houve uma ênfase no valor do trabalho do homem adulto.

O autor citado acima coloca que o sexismo e o racismo do sistema histórico capitalista são o alicerce ideológico de humilhação opressiva, pois o sexismo nesse sistema – a relegação das mulheres ao domínio do trabalho dito “não produtivo” é duplamente humilhante já que, o trabalho destas foi materialmente intensificado, e o trabalho feminino pela primeira vez na história humana, tornou-se a base da legitimação do privilégio.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Saffiotti (2004) nos mostra que, o patriarcado perpassa por toda sociedade, inclusive o Estado, e, que este sistema tem uma base material, pois “representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência”. É o “regime da dominação – exploração das mulheres pelos homens perpassa toda sociedade e não só a família”. A autora fala que um fator fundamental nesse sistema patriarcal é o controle sobre a sexualidade feminina, o qual visa, desse modo, “assegurar a fidelidade da esposa ao marido”.

Para melhor compreendermos como a ideologia do patriarcado se difundiu por toda sociedade, é primordial o esclarecimento elaborado por Santana (2012), do conceito de *habitus* de Bourdieu no qual explica que *habitus* são estruturas incorporadas pelos sujeitos que norteiam seus modos de pensar e agir, sendo assim, instrumento pelo qual a dominação é exercida, na aceitação das divisões perpetradas entre os sexos, nas atividades, padrões de comportamento.

Outro ponto relevante para se entender como a supremacia masculina se consolidou é apontado por Saffiotti no que se refere à participação de instâncias que vão de “símbolos culturais a conceitos normativos, instituições sociais até a subjetividade”, pois adverte que a violência é vivida de modo singular por cada mulher. Nota-se que a premissa patriarcal percorre na família, quando esta educa meninos para terem uma sexualidade livre, enquanto meninas são educadas para serem recatadas, ter bons modos. No quesito sobre subjetividade, há inúmeras mulheres que são “machistas”, demonstram aversão por mulheres independentes, ou que não optam por casamento formal. Nisto, percebemos o quanto o *habitus* reverbera na forma de pensar e agir.

Outra instituição utilizada como meio de adequar as mulheres à dominação foi a escola, Lopés (1997) ressalta que “ser professora” foi uma alternativa para as mulheres para não exercerem o trabalho do lar, no entanto, a profissão foi considerada como uma extensão da maternidade e tinha um caráter efêmero – pois a mulher só deveria exercê-la até o casamento, para então desenvolver sua verdadeira carreira de “esposa e mãe”. Na sua função disciplinante, a profissão serviu

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



para impor comportamentos de “mulher”, pois, a professora deveria abster-se de assuntos como: política, religião, pois estes eram “contra a natureza feminina”.

A subjetividade feminina foi moldada com as ideias propagadas pela burguesia, foram incorporadas pelas mulheres pobres, como nos fala Soihet (1997) ,como no valor atribuído ao casamento formal, a obrigação da mulher em educar os filhos e de executar as tarefas domésticas, tais valores atendiam aos interesses do “regime da propriedade privada” como também diferenciava mulheres “casadas” das “amasiadas”, ou seja, aquelas que não tinham uma união formalmente legalizada e este estigma de “amasiada” repercutia no tratamento preconceituoso, dirigido a estas mulheres.

Portanto, a violência contra a mulher, sustentada na ideologia patriarcal, é uma estrutura de poder, que provém do sistema capitalista – engendra diferentes formas de opressões como racismo, sexismo – se utiliza das várias instituições a qual pertencemos como: família, religião e escola, para incorporar no modo de pensar, sentir e agir suas crenças, sendo deste modo que se naturaliza a violência contra as mulheres na sociedade e é o mesmo motivo para sua superação ser tão tardia. Este esquema patriarcal de pensamento é o que prejudica tanto homens e mulheres em seus relacionamentos, como o fator de ausência de políticas públicas direcionadas para uma real transformação societária, primada na igualdade entre homens e mulheres.

3 A ciência como mecanismo disciplinador da mulher: a construção da figura da “histérica”

Uma das formas de se apreender sobre o mundo e a realidade é a ciência, esta entrou em cena para explicar acontecimentos da humanidade, na fase da razão. Colocada como sinônimo de verdade, com o método científico, e o que os cientistas afirmavam, costumava ser aceito de modo incontestável. Federici (2017) evidencia que cientistas como Thomas Hobbes- apoiaram a caça às bruxas na Europa- o qual

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



via essa punição às mulheres como forma de controle social. Filósofos diziam que a tradição de fazer uso de plantas e ervas – usadas pelas mulheres como método contraceptivo – eram “irracionais”, logo, com base nestas afirmações, o Estado por meio de leis, processou e executou mulheres sob tais alegações, pois a magia era vista como uma forma de insubordinação social, desse modo, divergia da disciplina capitalista do trabalho.

Priore (1997) nos retrata que a época do Brasil colonial, a ciência médica perseguia mulheres benzedoras e curandeiras – por possuírem um saber tradicional no qual tratavam com o uso de orações e plantas naturais para cura de doenças – para suprir a falta de médicos comuns nas comunidades distantes.

A ciência médica perseguia essas mulheres, pois elas tratavam de abortos, faziam partos e tratavam doenças e, quando o Tribunal do Santo Ofício as acusava de curandeirismo: “estas foram duplamente atacadas: por serem mulheres e por possuírem um saber que escapava ao controle da Medicina e da igreja” (PRIORE, 1997. p.108).

Na construção da figura da “loucura feminina” e no estereótipo da “histérica” houve a participação da ciência da Psiquiatria – no período do Brasil Republicano este saber serviu como mecanismo de controle social – mulher na figura da histérica eclodiu nos diagnósticos- baseados em aspectos morais como: falta de afeto para com filhos e marido, assim como apareciam acusações relativas à sexualidade feminina, como está: “mulheres com sexualidade vigorosa”, já que, a “sexualidade era destinada para fins de procriação e se exercida fora desses padrões, era tida como anomalia” (ENGEL, 1997, p. 332).

Engel (1997) aponta que especialistas como o médico e criminologista Cesare Lombroso, afirmavam que a tendência natural da mulher era de ter filhos – este instinto anulava o instinto sexual, a autora evidencia que estes saberes moldaram o perfil feminino a regras disciplinantes – para sua função natural de esposa e mãe “... o qual garantiria a vitória do bem sobre o mal, de Maria sobre Eva”. (1997, p. 332).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Vejamos que tal perseguição às mulheres remete desde os tempos coloniais, na acusação às benzedeadas, depois na época republicana – com a compactuação da Psiquiatria –. Daí houve esta aliança da ciência para servir aos interesses das classes dominantes do novo sistema capitalista, a fim de disciplinar as mulheres a sua nova função nesta sociedade.

Muitas mulheres por não se enquadrarem nas funções de mãe ou esposa, foram rotuladas como “histéricas” “doentes mentais” e então, foram trancafiadas em hospícios nessa época.

No que se refere à ciência como forma de se entender o mundo e a realidade Saffioti (2004) argumenta que não existe ciência neutra, pois “o conhecimento científico reflete o momento histórico, social, político de sua produção”. Observamos o quanto esta afirmação é corroborada quando vemos a participação destas ciências como instrumento de controle do corpo e dos modos de ser e agir da mulher.

Engel (1997) nos fala que o corpo e a sexualidade feminina foram alvo da intervenção psiquiátrica e da Medicina. Diziam que o corpo da mulher era propenso à saúde mental. No período analisava-se fatores para os diagnósticos de doença mental como: menstruação, gravidez.

Nos dias de hoje, a mulher sofre outros tipos de violência psicológica- esta é normalmente a primeira que acontece. E o *gashting* é uma expressão desta violência: fazer a mulher achar que está ficando louca.

Vejamos que mediante tais papéis sobre o que é ser homem e mulher propagados na sociabilidade capitalista por meio da cultura, ciência, instituem-se normas, padrões, aceitos na sociedade, sem questionamento algum, pelo senso comum, pois são repassados e validados como legítimos nas várias instâncias na qual pertencemos como: escola, família, religião; e estes valores são vivenciados nas nossas relações sociais.

4 O MOVIMENTO FEMINISTA: FORMA DE RESISTÊNCIA DAS MULHERES

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O feminismo é um movimento político que visa reivindicar os direitos (negados) das mulheres e explicitar e enfrentar as várias formas de violência que as mulheres são acometidas.

Na atual lógica burguesa foi forjada uma nova imagem da mulher: submissão ao homem. E como nos coloca Blay (2014) nos valores patriarcais desta sociedade, a mulher é vista como propriedade pelo homem e agir com violência constitui marca de virilidade, de afirmação do que é ser homem.

Num primeiro momento o feminismo lutou por direitos políticos (sufragistas) pelo direito da mulher de votar e ser votada; já que essas mulheres eram propriedades de maridos e pais. Num segundo momento, a pauta defendida pelo movimento era pelo direito da mulher de trabalhar “fora de casa”, já que essas eram proibidas pelos seus maridos. E quando algumas dessas mulheres conseguiram entrar no mundo do trabalho, seus salários eram menores que os salários dos homens. Aliás, esta desigualdade salarial existe atualmente. Nota-se o quanto o patriarcado se mantém atuante e vigoroso, pois ordena a divisão sexual do trabalho.

Além de lutar por questões econômicas, o movimento expôs as violências na qual as mulheres sofriam, lutou pela autonomia da mulher em decidir sobre seu corpo, como o acesso a contraceptivos e aborto seguro.

O movimento feminista tem como objetivo desconstruir a lógica patriarcal na qual fomos formados. Que é responsável pela subordinação das mulheres nesta sociedade e se torna o fator desencadeante de tantas formas de violências como: doméstica, sexual e psicológica.

Gonzalez (1984) sinaliza que o movimento feminista foi importante tanto para a produção de conhecimento – pois trouxe à tona o conceito de capitalismo patriarcal – e assim revelou as bases materiais e simbólicas (subjetivas) da opressão feminina; e foi importante na prática, pois ao propor novas questões propiciou a criação de grupos e redes de apoio, assim, fomentou nas mulheres a busca de novas maneiras de ser mulher.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



No que se refere às ações de enfrentamento à violência contra a mulher, nosso marco legal (lei 11.340/2006 Lei Maria da Penha) foi fruto das denúncias deste movimento. Esta lei foi inovadora pois trouxe ações destinadas a “prevenção, assistência, proteção e garantia de direitos das mulheres”, daí seu caráter intersetorial e multidisciplinar. Porém, é perceptível que as iniciativas propostas nas políticas públicas fundamentadas nesta lei, se limitam ao seu aspecto punitivo.

Segundo Souza (2016) a lei inovou também por reconhecer a importância do movimento das mulheres, tal como se descreve “agentes de defesa dos interesses por ela assegurados Art. 37”.

Souza (2016) compreende que a episteme feminista foi primordial para desvelar a imbricação do Direito entre gênero, campo pautou desigualdades de gênero, transformando uma diferença biológica em pretexto para submissão de um gênero a outro.

Carneiro (2003) salienta que o movimento feminista foi importante na conquista de políticas públicas essenciais para as mulheres como: criação de conselhos para busca de igualdade, por creches, pela descriminalização do aborto, assim como trouxe o problema da violência doméstica contra a mulher para o debate público, questão antes relegada ao espaço privado do lar. Contudo, de início, este movimento foi embasado numa visão ocidental, numa pretensa universalidade, que exclui a realidade de mulheres negras, ou seja, não fazia a exposição de outra forma de violência, como o racismo.

Segundo a autora Carneiro (2003) o feminismo deve abranger as especificidades de todas as mulheres, como as negras, as indígenas, pois a mulher negra tem dupla subvalorização: ser mulher e ser negra. A autora chama de “enegrecendo feminismo” a trajetória do movimento negro no Brasil – que deu visibilidade às demandas da mulher negra e evidenciou as fragilidades do movimento feminista clássico – por não contemplar as várias expressões do feminismo, presentes na realidade do Brasil, um país “pluricultural e multirracial”.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Embora o movimento tenha avanços em leis como a do feminicídio 13.104/2015- no qual o feminicídio passa a ser considerado crime hediondo. Outras leis são sancionadas como a inclusão no Código Penal brasileiro da violência psicológica Lei 14.188/2021. E a recente criminalização do crime de stalking (perseguição) pela Lei 14. 132/2021. Houve descaso total por parte do governo federal na gestão anterior, em políticas públicas eficazes no enfrentamento à violência contra a mulher – o que ressalta o viés misógino do “desgoverno” a nível federal–.

Federici (2019) pontua outras formas de violência contra a mulher com a participação do Estado como: por meio de políticas econômicas e sociais, como pela mercantilização da reprodução e cita como exemplo a “pobreza fruto de cortes em empregos, serviços sociais, falta de assistência médica, [...], entre outras. Vejamos que políticas públicas intersetoriais como geração de emprego e renda para a mulher são primordiais na prevenção a formas de violência, porém não são desenvolvidas pelo poder público.

Os resultados desta ausência de políticas públicas neste enfrentamento são notórios, pois conforme pesquisa Visível e invisível 4ª edição a violência têm índices alarmantes – a violência psicológica, por exemplo perseguição 13,5%, está entre as mais frequentes–.

Porém, mesmo com essas leis, não houve mudanças efetivas e um freio sobre o fenômeno da violência contra a mulher em nosso país, como nos mostrou os dados da pesquisa citada acima.

Corroborar, assim, com as afirmações de Saffioti quando nos fala que o patriarcado afeta o corpo das mulheres, que este não é só uma ideologia, assim como fica notório como esses “esquemas patriarcais de pensamento” afetam nossos modos de ser, de ver e perceber o mundo. Sendo uma lente pelo qual são processados nossos costumes, narrativas, ações, sentimentos e crenças sobre as mais variadas questões, o *habitus*, – essa lente patriarcal – ressoa nas práticas sociais.

O feminismo decolonial coloca em xeque também as discriminações baseadas nas diferenças entre países considerados “desenvolvidos” e os “em desenvolvimento”

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



(como América Latina, África e Ásia). Estes países impuseram sua versão sobre a história dos países colonizados (como o Brasil) fazendo com que a Europa, exerça um controle sobre nossos modos de pensar e pelo nosso saber.

Quijano (2005) nos mostra os nefastos efeitos causados na América Latina por termos a nossa história narrada apenas pela ótica apresentada pelos europeus (nossos colonizadores), alerta para o fato da visão eurocêntrica sobre certos momentos históricos ser a única legitimada.

E este controle/poder vai ser manifestado em diversas áreas: na Economia, no Estado, no gênero e na sexualidade, na nossa maneira de ver o mundo e na produção de conhecimento, é o que Balestrin (2017) chama de colonialidade do poder. Ou seja, a Europa na sua fase expansionista, se nomeia fonte do saber, das manifestações culturais e institui a ideia de que existem certas regiões “desenvolvidas” a partir do argumento de civilização; enquanto dita as regiões “em desenvolvimento”.

Lugones (2014) afirma ser essencial se adotar ações concretas, pensadas na finalidade de se alcançar um novo paradigma societário em oposição a este regime desigual no qual vivemos.

O feminismo decolonial além de problematizar raça, classe, gênero, vai contestar a narrativa de superioridade intelectual desses países em relação aos países colonizados e mostrar as violências vividas pelas várias mulheres de nossa sociedade (negras, indígenas, ribeirinhas, amazonidas). Deste modo, torna-se uma poderosa estratégia de luta e transgressão das mulheres subalternizadas por esse sistema capitalista que para manter sua permanência articula diversas formas de opressão.

5 CONCLUSÃO

Portanto, pode-se afirmar e observar que a violência contra a mulher reflete os “esquemas patriarcais de pensamento” como Saffioti nomeia e se constitui na mola propulsora desse regime que domina o mundo – o capitalismo – assim como tem

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



suporte na colonialidade do poder no qual nosso país é submetido desde a época da expansão imperialista da Europa. Saffioti preconiza que a melhor maneira de não temer tais esquemas é lutar, de todas as formas possíveis, por uma sociedade menos injusta. “isto equivale a desenvolver uma práxis conforme este objetivo, [...]”. Logo, devemos embasar nossas ações com intento na emancipação feminina, visando nos libertarmos dessa ideologia opressora.

Apoiada sobre a episteme feminista – melhor maneira de se conhecer sobre as teias do processo patriarcal de dominação masculina – vislumbrei novas alternativas de resistência a esta “mentalidade machista” norteadora de nosso pensar, sentir, agir e ser no mundo.

Esta “mentalidade machista”, o *habitus* do qual Bourdieu nos apresentou, é repassado nas instituições que formam nosso modo de entender e perceber o mundo, nossa forma de pensar, sentir e de dar significados ao que vivemos, nas nossas impressões sobre a realidade em suas múltiplas dimensões.

Dessa forma, é necessário que as pautas reivindicadas pelo movimento das mulheres sejam levadas em consideração pelos gestores do poder público, a fim de que sejam elaboradas políticas públicas capazes de captar as especificidades das múltiplas mulheres das regiões de nosso país (pobres, negras, indígenas, ribeirinhas). Outra estratégia que é vital no enfrentamento à violência contra a mulher se dá com políticas intersetoriais como na educação, onde debates sobre igualdade de gênero no ambiente escolar se tornam uma eficaz ferramenta, visto que, neste espaço se difunde valores. E os valores patriarcais precisam ser desmistificados.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. **Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial**. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 505-540, abr. 2017.

BLAY, Eva A. **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher / organização Eva Alterman Blay**. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014

PROMOÇÃO



APOIO



CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados 17(49), São Paulo, USP, 2003, pp.117-133.

DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

ENGEL, Magali. **Psiquiatria e feminilidade**. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, 1997.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. Tomo I: Migrações. Ciudad de México: Palabra de Clío, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Traduzido por. Heci Regina Candiani. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 158p.

GERDA Lerner. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens** /; tradução Luiza. Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial**. Florianópolis: Estudos Feministas, 2014

QUIJANO, A. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Estudos Avançados, [S. l.], v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10091>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?** Crítica marxista, nº 11, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ºed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTANA, Eder Fernandes. **A resistência à dominação masculina em Pierre Bourdieu e a reflexão sobre o direito**. Revista Águia, Minas Gerais, v. 2, p. 99-118, 2012. Disponível em: http://www.fenord.edu.br/revistaaguia/revista2012/textos/artigo_06.pdf

SOUZA, Luanna Tomaz - **Da expectativa à realidade: a aplicação de sanções na Lei Maria da Penha**. Coimbra: [s.n.], 2016. Tese de doutoramento. Disponível na [www: http://hdl.handle.net/10316/30197](http://hdl.handle.net/10316/30197).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL



REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

WALLERSTEIN Immanuel, **O capitalismo histórico**, tradução de Denise. Bottmann,
Editora Brasiliense, São Paulo, 1985.

PROMOÇÃO



APOIO

